

Comunicado do Comando Local de Greve à Assembleia Geral – 20/06/2024

Ao lado das greves da Fasubra, do Sinasefe e das greves e mobilizações estudantis, a greve do Andes-SN tem cumprido um papel decisivo na defesa de uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Por meio desse movimento, nós, docentes, nos colocamos como protagonistas na disputa pela destinação do fundo público brasileiro, que deve ser prioritariamente destinado para a garantia das condições de funcionamento da universidade (investimentos e custeio), para a remuneração dos servidores (salário e carreira) e para a viabilização da permanência dos estudantes (assistência estudantil). Nessa luta, nossos inimigos são muito poderosos: trata-se dos grandes capitais internacionais e nacionais, que objetivam aprofundar a privatização dos serviços públicos e se apropriar de parcelas cada vez maiores do fundo público.

Após mais de dois meses do início do movimento, impõe-se uma avaliação mais aprofundada de sua trajetória, suas possibilidades e seus limites, conforme indicado pelo Comando Nacional de Greve que, em seu comunicado 84, apresentou três questões a serem respondidas pelas assembleias de base:

- 1) Qual a avaliação da AG das propostas do governo apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 2) Devemos assinar, ou não, as propostas apresentadas pelo MGI e pelo MEC?
- 3) Devemos continuar a greve ou construir sua saída coletiva no ANDES-SN?

Em razão da força de nossa mobilização, conquistamos avanços parciais nas mesas de negociação, que foram expressos na proposta de acordo apresentada em maio pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI), bem como na efetivação do reajuste dos auxílios (alimentação, saúde e pré-escolar). Naquela proposta, previa-se a ampliação dos reajustes inicialmente propostos pelo governo, antecipando o início de sua vigência para janeiro de 2025, sem, entretanto, obter uma proposta de reajuste para 2024. No que se refere à carreira, os aumentos de *steps* propostos significam ganhos remuneratórios adicionais para os docentes da ativa, mas não contemplavam os aposentados sem paridade. Nessa seara, é importante lembrar, ainda, que a proposta contemplava a ampliação da remuneração dos docentes ingressantes na carreira, que, desde 2013, já são penalizados com um regime previdenciário perverso. Sem esquecer que essas emendas nos *steps* não respondem às necessidades da carreira, objeto de anos de estudo e debate do movimento docente, exigindo que se mantenham as mesas de negociação desse ponto, não resolvido.

Sem dúvida, poderíamos ter avançado ainda mais, caso o governo federal optasse por efetivamente dialogar com o movimento grevista, e não por alienar parcela importante da base social que garantiu a sua vitória eleitoral contra o neofascismo em 2022. Entretanto, sua opção foi por ignorar uma série de outros elementos e reivindicações que permaneciam sem resposta, bem como por tentar encerrar unilateralmente o processo de negociação. Para isso, contou com o inestimável apoio da Proifes, a federação sindical pelega, que dispõe de parcas bases efetivas (grande parte das quais, aliás, aderiu ao movimento de greve).

Considerando esse cenário, o movimento grevista optou por, naquele momento, não assinar o acordo e exigir a reabertura das negociações. Assim, continuamos a mobilizar nossas bases, ocupamos o MGI e realizamos uma marcha a Brasília, o que possibilitou outros avanços. Dentre eles, é possível mencionar a proposta de revogação da portaria 983, a revisão da instrução normativa 66, o compromisso de que o governo não recorrerá contra ganhos de causa de docentes EBTT aposentados que pleiteiam o acesso ao RSC e a antecipação do reajuste de 2026 de maio para abril. Mesmo os anúncios do governo em reunião com os reitores, no dia 10/06, não podem ser compreendidos fora do contexto da greve, aí incluídos os investimentos em obras (sendo 13%

destinados para construção de moradias estudantis e restaurantes universitários), os recursos para assistência estudantil e a parcial recomposição do orçamento das universidades.

Esses avanços e suas contradições, tal como aqueles que caracterizavam a proposta de acordo apresentada em maio, expressam, sem dúvidas, a correlação de forças na qual a greve vem se desenvolvendo, incluindo a tentativa de golpe do governo ao assinar um acordo ilegal com a entidade cartorial. Expressam, por um lado, a forte radicalização da ofensiva do capital nos últimos dez anos, a presença da extrema-direita como uma força social e política de massas do governo Lula III, baseada em seguidas concessões ao grande capital e ao centrão. Por outro lado, expressam o papel da greve como ferramenta decisiva da classe trabalhadora na luta de classes, aí incluída a dimensão da disputa do fundo público, e sua capacidade de incidir no debate público.

Considerando todos esses elementos, o Comando Local de Greve dos Docentes da UFF deliberou por indicar à assembleia geral a construção de um processo de saída organizada da greve. Para efetivar esse processo, propomos os seguintes passos:

(1) a indicação ao Comando Nacional de Greve do dia 01/07 como base para a saída unificada de todas as seções sindicais da greve, com a realização de uma nova assembleia no dia 27/06 para avaliar a indicação do CNG e a confirmação ou não da saída de greve;

(2) a assinatura do acordo com o MEC e MGI a partir das conquistas advindas da greve, o que inclui:

- a pauta remuneratória apresentada no dia 27/05, que inclui: 9% em janeiro de 2025; 3,5% em abril de 2026 (antecipado de maio) e as alterações dos steps de 2025 e 2026;
- a revogação da portaria 983/2020, que trata do controle de ponto para os EBTT;
- a revisão da IN 66, garantindo os efeitos retroativos da progressão;
- o compromisso pelo fim dos recursos nas demandas judiciais em processos de concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) aos aposentados;
- a criação de grupos de trabalho para tratar do reenquadramento dos aposentados, entrada lateral e insalubridade (revogação da IN nº 15);

(3) que a ADUFF participe do comitê para revisão do calendário escolar e acadêmico após o fim da greve;

(4) a construção de um calendário de mobilizações, em torno de alguns temas prioritários, a ser sustentado após o encerramento da greve, com o fortalecimento do sindicato.